



Prefeitura de
PARNAMIRIM
NOSSO POVO CADA VEZ MAIS FORTE

Publicado Mediante Afixação no At
da Prefeitura Municipal de Parnamirim -
Em 07/ Novembro/ 22
Sec. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 1150/2022

Dispõe sobre os novos parâmetros para o funcionamento da Junta Médica responsável pelo atendimento das demandas relativas aos servidores do município de Parnamirim/PE, determina a periodicidade das reavaliações em benefícios de incapacidade permanente e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Parnamirim, Estado de Pernambuco, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o soberano Plenário do Poder Legislativo Municipal, APROVOU e SANCIONOU o Seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º A Junta Médica responsável pelo atendimento das demandas relativas aos servidores do município de Parnamirim/PE é soberana para examinar, avaliar e ofertar os laudos médicos para fins de licença médica, isenção de imposto de renda pessoa física, auxílio doença, aposentadoria por incapacidade permanente e readaptação funcional dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e/ou estabilizados, devidamente vinculados ao RPPS municipal.

Art. 2º A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho fica condicionada a comprovação total e permanente da incapacidade do segurado para quaisquer atividades no serviço público, mediante laudo pericial da Junta Médica atestando tal condição.

Art. 3º O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho que voltar a exercer qualquer atividade laboral, terá a aposentadoria por incapacidade permanente cessada a partir da data do retorno, observados os procedimentos administrativos adotados para a reversão *ex officio*, sem prejuízo da responsabilização e devolução dos valores recebidos.

Art. 4º Serão realizadas revisões periódicas das condições de saúde que geraram a incapacidade do servidor, no mínimo, a cada dois anos, ficando o aposentado obrigado a se submeter as reavaliações pela Junta Médica, sob pena de suspensão do pagamento do benefício e reversão *ex officio*.

Parágrafo único: O servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho não será reavaliado, de acordo com a prescrição do *caput* deste artigo, nas seguintes condições:

- a) após completar 65 (sessenta e cinco anos de idade);
- b) após completar 60 (sessenta) anos ou mais de idade, se decorridos 15 (quinze) anos da data da concessão da aposentadoria por incapacidade permanente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Parnamirim/PE, nos 07 dias do mês de novembro do ano de 2022.

Ferdinando Lima de Carvalho.
Prefeito do Município